

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.915 - SP (2018/0304097-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : USINA SANTA RITA S A AÇÚCAR E ÁLCOOL
AGRAVANTE : USINA MARINGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ FRANCISCO BARBALHO - SP079940
CARLOS ALBERTO MARINI - SP106474
ANA GRAZIELA CLATE - SP269596
AGRAVADO : PROMAC EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADOS : RICARDO SORDI MARCHI - SP154127
LUCIANA CAMPREGHER DOBLAS BARONI E OUTRO(S) - SP250474

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EMBARGOS À EXECUÇÃO. VALOR DA CAUSA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. VALOR A SER DESCONSTITUÍDO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

USINA SANTA RITA S/A AÇUCAR E ÁLCOOL (USINA SANTA RITA) e USINA MARINÁGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (USINA MARINÁGA) ajuizaram embargos à execução contra PROMAC EQUIPAMENTOS LTDA. (PROMAC), que foram julgados improcedentes.

O agravo regimental em apelação interposto por USINA SANTA RITA e USINA MARINÁGA não foi provido pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL - decisão que determinou a complementação do preparo recursal da apelação insurgência das apelantes - valor da causa em embargos à execução - o valor do conteúdo econômico pretendido pelas embargantes é o "quantum" impugnado na execução pedido subsidiário de concessão da justiça gratuita - oportunizado o direito de comprovar sua condição de hipossuficiência financeira, em cumprimento ao artigo 99, §2º do NCPC inércia indeferimento - mantida a decisão recurso não provido, com determinação. (e-STJ fls. 253)

Inconformadas, USINA SANTA RITA e USINA MARINÁGA interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 291 e 502 do NCPC, ao sustentarem que (1) o valor da causa nos embargos à execução não é necessariamente o valor atribuído à execução, pois pode ser fixado meramente para efeitos fiscais; (2) na apelação, um dos tópicos para a reforma da

r. sentença, refere-se ao valor da causa; e (3) antes de haver trânsito em julgado a respeito do valor da causa, deve permanecer intacto aquele constante dos embargos, bem como o valor do recolhimento do preparo do recurso de apelação interposto.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da ausência de demonstração da violação aos dispositivos citados.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, USINA SANTA RITA e USINA MARINÁGA sustentaram que houve a demonstração da violação dos dispositivos em questão.

Sem impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

(1) (2) (3) Dos arts. 291 e 502 do NCPC

No que se refere ao valor da causa, o entendimento do tribunal de origem está de acordo com a jurisprudência desta Corte no sentido de que o valor da causa, em sede de embargos à execução, deve ser equivalente ao valor atribuído ao processo executivo, quando se questiona a totalidade do título".

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDEROU ANTERIOR DELIBERAÇÃO E, EM NOVA ANÁLISE, NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVANTE.

1. Consoante entendimento desta Corte, o valor da causa, em sede de embargos à execução, deve ser equivalente ao valor atribuído ao processo executivo, quando se questiona a totalidade do título, como na hipótese sub judice. Incidência da Súmula 83 do STJ.

2. A reforma do acórdão recorrido nos moldes pretendidos pela

agravante, para modificar as premissas acerca do valor atribuído à causa e do proveito econômico, encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 1024756/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 06/03/2018, DJe 13/03/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VALOR DA CAUSA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento da lavra do Tribunal a quo está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, cuja orientação sedimentada é no sentido de que o valor atribuído à causa, em sede de embargos à execução, deve ser equivalente ao valor atribuído ao processo executivo, salvo quando versarem os embargos apenas sobre parte da execução. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 600.269/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. em 22/09/2015, DJe 15/10/2015)

No caso, o valor embargado se refere à totalidade do valor executado, conforme se verifica em trecho do acórdão recorrido abaixo transcrito:

Ora, o valor dado à causa deve ser justamente o valor que as embargantes pretendem embargar, ou seja, do saldo devedor. E da leitura dos embargos à execução, as embargantes em nenhum momento afirmam que pagou o valor correspondente, ao mínimo, de uma parcela.

Em linhas mais simples, as executadas receberam incentivo financeiro de vultosa soma de R\$ 1.200.000,00 para ser exato mediante livre anuência aos termos contratados e não querem cumprir a sua obrigação no contrato. (e-STJ fls. 256)

Assim, estando o acórdão recorrido de acordo com a jurisprudência dominante do STJ, aplicável, no caso concreto, a Súmula 568 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de USINA SANTA RITA e USINA MARINÁGA, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, §

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

